Roger Chartier: contributos para os estudos da história da leitura e da escrita

Gabriela Martimiano Crepald Siqueira¹

Talvez seja quase impossível, atualmente, pensar em história da leitura e da escrita como práticas sociais sem vir à cabeça o nome do historiador francês Roger Chartier. Seu currículo é extenso. Formou-se pela Universidade de Sorbonne, em Paris (França), e pela *École Normale Supérieure de Saint Cloud*. No momento, atua como professor no *Collège de France*, em Paris. Ao longo de sua vida acadêmica, o autor tem contribuído imensuravelmente para a História Cultural, especialmente com o desenvolvimento das noções de práticas e de representações, além dos debates sobre a leitura de textos dentro dos suportes digitais.

A obra resenhada em questão é composta por prefácio, doze capítulos divididos em três partes, referências bibliográficas e índice remissivo. A primeira parte recebeu como título “O passado no presente” e acolhe os três capítulos iniciais: “Escutar os mortos com os olhos”; “História: tempo de leitura” e “História e Ciência Social: um retorno a Braudel”. Já a segunda foi denominada de “O que é um livro?” e traz os próximos quatro capítulos: “Os poderes da impressão”; “A mão do autor”; “Pausas e tônicas” e “Tradução”. Por fim, a última parte foi nomeada de “Textos e significados”, com os cinco capítulos restantes: “Memória e escrita”; “Paratexto e preliminares”; “Publicar Cervantes”; “Publicar Shakespeare” e “O tempo da obra”.

Antes de adentrarmos na resenha de cada parte do livro, faz-se importante transcrevermos aqui o objetivo geral de Chartier (2014), não só com “A mão do autor e a mente do editor”, mas com toda a pesquisa que tem se dedicado durante décadas. Em suas palavras, “[seu] objetivo será sempre ligar o estudo dos textos, quaisquer que sejam eles, com o estudo das formas que lhes conferem existência e um estudo das apropriações que os investem de significado” Chartier (2014, p. 27).

Na primeira parte da obra, o autor se dedica a refletir sobre os cuidados que devemos ter ao fazermos uma leitura pelos meios digitais, e de como isso altera toda uma “ordem de discurso” até então existente e mais fácil de ser identificada (CHARTIER, 2014, p. 23). Chartier vincula seus debates com outro ponto: o de compreender qual é a função dos historiadores na atualidade, bem como o papel da própria História.

Para isso, ele faz toda uma retrospectiva muito bem elaborada sobre como, ao longo do tempo, o papel da História e seus profissionais foram sendo compreendidos e reconhecidos até

¹ Graduada em História e Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina, e-mail: gabrielamcsiqueira@gmail.com

o século XXI. Aquele que carregava a função de detentor do passado e de tentar reproduzi-lo fielmente ficou no passado. Hoje, o historiador não emprega mais “o monopólio das representações do passado” (CHARTIER, 2014, p. 25), pois a ficção e a memória também entraram nessa disputa. A própria literatura é capaz de criar passados baseados apenas na imaginação e convencer seus leitores de que os eventos relatados realmente aconteceram.

As formas com que leitores se relacionavam, e se relacionam, com o texto ao longo do tempo são distintas justamente por ocorrerem em contextos históricos, grupos sociais e temporalidades distintos uns dos outros. Um mesmo texto, como bem frisa Chartier, não só nesta obra como em várias outras de sua autoria, terá um significado diferente, dependendo de quem for seu leitor, em que época ele estará lendo o livro, a partir de quais condições, com qual bagagem e em qual suporte essa leitura se encontrará. Por serem questões bastante complexas, ele oferece à segunda parte do livro, espaços para discutir sobre o que é um livro, o que foi a revolução da imprensa, o que é um autor em diferentes perspectivas, em particular, no recorte de seu maior conhecimento: a Europa Moderna.

Roger Chartier (2014) propõe-se a reavaliar, com sucesso, a ideia de que existe uma oposição entre a cultura escríbal e a cultura impressa (CHARTIER, 2014, p. 104). Para ele, ambas sempre existiram de maneira simultânea e, por meio de uma pesquisa e análise impecáveis, ele prova que durante quatro séculos, desde o surgimento da prensa, por Gutenberg, ambas coexistiram e, por isso, cai por terra a perspectiva de que uma nascia em meio ao desaparecimento da outra.

Dentre os motivos para o não sumiço do manuscrito estava o seu custo menor, o evitar da censura oficial, a preferência por circulação dos textos de forma limitada por grupos singulares, a possibilidade de se fazer revisões ou acréscimos de informações nos textos e até mesmo os espaços em branco destinados ao seu comprador, que via ali a oportunidade de preenchê-lo com o que bem lhe entendesse. Além disso, existia naquele contexto certa desconfiança com os impressos, já que a prática da desonestidade em vários setores da confecção destes era comum.

A partir disso, ele vai nos mostrando as particularidades e as semelhanças de cada forma de se fazer um texto, fosse manuscrita, fosse impressa, e o que isso implicava nas práticas de leitura e nas relações sociais, como a própria modificação no relacionamento do leitor com o material escrito – que começa a ter contato com características tais como paratextos, índices, tabelas, mas que também se familiariza com o que já existia nos manuscritos, como o formato

códice, as formas com que o texto era distribuído pelas folhas, a paginação, dentre outros – e do autor com o escrito, que vivencia um momento em que se começa a desenvolver uma “ligação entre a materialidade do livro impresso e o conceito de obra autoral” (CHARTIER, 2014, p. 114). O autor discorre, ao longo dessa parte do livro, que foi apenas com a invenção do meio digital que se criou um desafio à ordem de livros, já que, com o novo suporte, os textos passaram a ser descontínuos e fragmentados.

A terceira e última parte de "A mão do autor e a mente do editor", aprofunda intrinsecamente uma questão: quem é essa figura, além do autor, que se encontra no título da obra? Que vem aparecendo ao longo de toda ela? Qual sua importância? Para Chartier, toda. Esse outro é o editor, que tem como função, além de editar, corrigir, reescrever, modificar, alterar, acrescentar e rabiscar o texto. A mão que escreve pode até ser do autor, mas é a mente do editor quem dá a última palavra, quem escolhe manter ou não o sentido e a linguagem do texto. No final, para quem fica a sua autoria então? Como identificar a sua legitimidade? Essas perguntas são bastante debatidas por Chartier.

Tomando como base as obras de Shakespeare e de Miguel de Cervantes, como Dom Quixote, obra esta que o autor cita ao longo de todo o seu livro, Chartier (2014) destina a parte final para discorrer sobre como foram os processos de edições desses trabalhos, quais as implicações quando foram submetidos à tradução para outros países – a França e a Espanha são focos neste momento –, o que esses autores representavam e o que seus escritos passaram a significar nas mãos de diferentes leitores e épocas.

Apesar de não ser uma leitura simples, a importância deste livro do historiador Roger Chartier é inegável. "A mão do autor e a mente do editor" oferece-nos inúmeras camadas de pesquisas, de debates e de compreensões que apenas um pesquisador nato seria capaz de desenvolver. Para pensar-se sobre a história do livro, a história da leitura, a história da escrita, os suportes onde se encontram e as formas com as quais textos podem ser lidos, é preciso construir uma boa base teórica, e sem a leitura das obras de Chartier, como esta que resenhamos, estabeleceria, por fim, uma enorme fissura necessitada de preenchimento.

REFERÊNCIA

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Tradução de George Schlesinger. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.